



As novas formas de afirmação do nacionalismo



Jean Mukuna Ndaya

Universidade São Tomás de Moçambique

jeanmukunacr@yahoo.fr

Resumen

Después de un período de contradicciones provocadas por la presencia de regímenes coloniales u otras fuerzas debilitantes, varios países comienzan a sentirse suficientemente maduros y exigen su emancipación, queriendo al mismo tiempo exaltar su identidad. Aquí es donde surgen los movimientos nacionalistas de libertad, para países bajo regímenes coloniales y de consolidación, para países considerados libres. Mientras algunos buscaron imponerse sobre una fuerza que los asfixiaba, mostrando su capacidad intelectual y sociopolítica con la que pueden orientar sus destinos, otros continuaron demostrando que son superiores. En África, los movimientos nacionalistas surgieron desde fuera, traídos a África por académicos formados en su mayoría en la diáspora y con experiencia en gobernanza, ya que algunos ya habían asumido roles en la maquinaria gubernamental, como el caso de Leopold Sedar Senghor (1906-2001), un nacionalista africano, senegalés. Estudió en Francia, donde luego se desempeñó como secretario de Estado francés. Una vez lograda la independencia, los nacionales otrora unidos se muestran incapaces de satisfacer los deseos de sus miembros, ya sea por la ambición de los gobernados o por el egoísmo de los que están en el poder. Surgen entonces insatisfacciones que dictan una nueva forma de identificarse con las causas nacionales y el deseo ferviente de querer hacer las cosas de manera diferente. A nivel político, está claro que los partidos liberadores son casi incapaces de satisfacer los deseos del pueblo, perdiendo su popularidad. Y buscan nuevas formas de sobrevivir vinculándose a los más pequeños en forma de coaliciones. Esto sucede tanto en África como en Europa, donde las nuevas opiniones sobre la realidad sociopolítica han demostrado ser más significativas y pueden dar lugar a nuevos partidos políticos que atraigan a las masas.

Palabras Clave:
Libertad, Nacionalismo; Coaliciones políticas.

Resumo

Após um período de contrariedades observadas pela presença de regimes coloniais ou outras forças fragilizadoras, vários países começam a se sentirem suficientemente maduros e reivindicam a sua emancipação, querendo, ao mesmo tempo, exaltar a sua identidade. É daí que surgem movimentos nacionalistas de liberdade, para países sob regime colonial e de consolidação, para os países considerados livres. Enquanto uns pretendiam impor-se sobre uma força que os abafava mostrando a sua capacidade intelectual e sociopolítica de que podem guiar os seus destinos, os outros continuavam a mostrar que são superiores. Em África os movimentos nacionalistas surgiram de fora trazido para África por acadêmicos maioritariamente formados na diáspora e com experiências de governação, pois alguns já tinha assumido funções na máquina governativa, como o caso de Leopold Sedar Senghor (1906-2001) nacionalista africano, senegalês. Estudou em França onde mais tarde desempenhou as funções de Secretário de Estado francês. Alcançadas as independências, os nacionais outrora unidos mostram-se incapazes de satisfazer os anseios dos seus membros ou por ambição dos governados, ou por egoísmo dos governantes. Surgem então insatisfações que ditam uma nova forma de se identificar com as causas nacionais e o fervoroso desejo de querer fazer diferente. Ao nível político, é notório

Palavras-chave:
Liberdade; Nacionalismo; Coligações políticas

que os partidos libertadores se mostram quase inaptos para satisfazerem os desejos do povo, perdendo a sua popularidade. E estes procuram novas formas de sobreviver atrelando-se aos menores em forma de coligações. Isto acontece tanto em África como na Europa, onde as novas visões sobre a realidade sociopolítica têm se mostrado mais significativas, podendo resultar em novos partidos políticos que arrastam massas.

1. Introdução

A formação de qualquer movimento pressupõe a existência de um objetivo a ser alcançado, seja pelo desejo de promover um bem já existente que, no entanto, é menos conhecido; ou em repúdio a algo que se considere menos agradável. O movimento nacionalista em África não foge dessas hipóteses, como iremos ver no desenvolvimento deste tema.

O tema incide sobre a formação de movimentos nacionalistas africanos, a exemplo do pan-africanismo, considerando-se a historicidade que marca o seu processo de formação e transformação, os agenciamentos políticos, tanto individuais como coletivos e as relações entre a intelectualidade e a política dentro de África e suas diásporas.

Como qualquer filosofia, a filosofia africana não pode parar de analisar essas temáticas porque a mudança no ambiente social, político, econômico, científico etc., nunca param de ocorrer e continua a colocar problemas sempre novos. São estes vários problemas que estão na origem das correntes da filosofia africana contemporânea. Vários pensadores africanos e africanistas propuseram uma série, muitas vezes ampla, de correntes na filosofia africana contemporânea.

A gestão dos movimentos políticos tem se mostrado como um desafio cuja superação exige uma atualização constante, pois envolve uma leitura sobre toda a realidade social, econômica e política que, consequentemente, consiga responder às expectativas do povo.

2. Nacionalismo como reivindicação da Identidade

Nacionalismo, enquanto doutrina política que prega a superioridade do que é julgado nacional em detrimento de qualquer outro, de outra nacionalidade, reivindica ao mesmo tempo, o reconhecimento da identidade de cada nação, a sua emancipação e pretende impor a predominância desta mesma nação à qual se pertence em todas as áreas.

No contexto africano, o nacionalismo encontra-se ligado ao renascimento africano, onde todas as atenções estão viradas para as novas possibilidades de viver livre de qualquer imposição nos domínios social, político e econômico, muito embora pareça utópico alcançar. Historicamente, o nacionalismo africano nasce com a consciência de liberdade do homem negro a partir da saga da escravatura nas Américas.

Desse modo, o nacionalismo, na sua vertente panafricanista, tinha o sentido de unidade de todos os negros desenraizados das suas terras pela escravatura americana e, recém-libertos, lutavam por uma causa comum – o retorno à Mãe África. Nesse movimento, é natural que tivessem surgido embriões de renascimento africano no contexto que esse movimento nacionalista se verificou nos finais do século XIX em terras americanas.

Embora faça parte do desejo da emancipação africana os domínios, social, político e econômico, mais do que isso a cultura constituiu um dos maiores impulsionadores dos movimentos nacionalistas. Por isso, as primeiras manifestações de nacionalismo africano não surgiram como uma recusa ao sistema político e econômico colonial como tal, mas sim o reconhecimento de ser igual a qualquer outro povo e sobretudo a não distorção dos valores africanos que constituem a primeira identidade africana.

Se podemos encontrar diretrizes claras sobre a emancipação nos domínios da política e da cultura onde a nível político William Du Bois (1868-1963), Kwame Nkrumah (1909-1972), Leopold Sedar Senghor (1906-2001), entre outros preparam e lideraram vários congressos e trabalharam arduamente para descolonização de África; e no âmbito cultural levou-se a cabo um movimento literário que reavivou o Pan-Africanismo por escritores e artistas com tarefas de levar ao público mundial a expressão da originalidade das culturas africanas na medida em que refletem a vida atual dos africanos e devolver nos africanos a imagem das suas aspirações, das suas experiências ou das suas emoções, iluminadas pelas suas provações, pelas alegrias e pelas esperanças do mundo, o mesmo não se pode dizer no domínio da economia que permaneceu um desafio estacionário.

Todas essas correntes, linhas de pensamento e movimentos nacionalistas, como refere Noguinha, 1993, dedicaram-se a reabilitar o homem e a sua história. São iniciativas lideradas por acadêmicos maioritariamente formados na diáspora e tiveram experiências de governança, como é o caso do senegalês Leopold Sedar Senghor (1906-2001) que estudou em França onde mais tarde desempenhou as funções de Secretário de Estado francês.

Por sua vez, Placid Tempels (1906-1977) entra numa tradição, numa corrente anterior a si para vislumbrar a nova realidade aspirada pelos nacionalistas africanos. Essa corrente caracteriza-se por dois elementos a saber:

a) A preocupação da reabilitação do negro e da sua cultura:

Em primeiro lugar, esses autores reconhecem a pluralidade, a singularidade e irredutibilidade das civilizações e de culturas. A partir dessa tese, eles afirmam a pluralidade

das vias de desenvolvimento e recomendam o reconhecimento da diacronia e da sincronia das sociedades africanas como ponto de partida do projeto de redirecionamento.

Cada civilização, sendo irredutível, não se pode aceitar a ocidentalização da África. Quer dizer que a desagregação das sociedades africanas, o desenraizamento ou a desnacionalização do povo. Na mesma ordem de ideias, eles estigmatizam o mercantilismo europeu (o capitalismo e o colonialismo) ou a exploração da África e lembra aos europeus o direito dos africanos de evoluir de acordo com o seu gene tradicional, ou as suas visões, representações e explicações do mundo e da vida. Tudo isso encontra-se inserido nesse slogan de Paul Otlet (1888): “África aos negros”, “África para os africanos”.

b) A preocupação de eficácia e rentabilidade da ação civilizadora e evangelizadora

Consiste na civilização conforme os genes de África e não de um eufemismo e da ocidentalização. Isso não quer dizer que os inimigos europeus deixaram a ocasião de pegar nos estudos necrófilos para exercitar a sua dominação. Quaisquer que sejam as obras e críticas dos autores do reconhecimento da filosofia negra tinham começado, desde o início do século passado, o processo da erosão da política e da ideologia justificativa da exploração da África.

3. Caminhos do constructo “identidade nacional”

A temática da construção das nações, dos nacionalismos e da identidade nacional não é tão recente, tendo sido retomado o debate nos últimos tempos. Querelas acadêmicas entre teses primordialistas e modernistas, etnosimbolistas e construtivistas, pós-colonialistas ou seus críticos, fazem parte da história do campo acadêmico que foram mobilizando massas.

A construção das identidades africanas esteve sempre no horizonte cultural extra-africano. De modo geral, pode-se dizer que a África como unidade e como objeto analítico foi um constructo europeu forjado no século XVIII-XIX, como sustenta Mundimbe (2013). No entanto, a apesar de esse constructo ser europeu, aqueles que estiveram na base da sua origem tiveram mais sentimentos africanistas identificando-se com o sofrimento e injustiças sofridas pelo povo africano.

Inicialmente, pela narrativa dos viajante-exploradores (Livingstone, Stanley, Serpa Pinto, Capelo e Ivens, entre outros), logo foram transformadas em subsídios factuais e descritivos para a elaboração de teorias (pseudo) científicas no século XIX.

Conforme Paul Gilroy (2008), as identidades africanas foram sendo elaboradas como contracultura da modernidade. Este processo – político e epistémico – está marcado fortemente

pela querela colonialista-anticolonialista em todas as suas variadas esferas (educação, economia, política etc.). Suas decorrências traduziram-se também em matrizes historiográficas de ampla força no imaginário ocidental.

Se antes os africanos eram associados às imagens da escravidão, dos "dominados" e explorados, e a África era pensada como o "cenário da Expansão Colonial", a abordagem escolar adequada da história africana possibilitaria posteriormente a construção de uma imagem positiva e renovada sobre os diversos contextos e circuitos históricos africanos.

Depois de ter passado por uma fase de "desintegração cultural" pela dominação colonial e tendo conquistado a independência, os africanos perceberam que era oportuno fazer uma mudança de paradigma político e socioeconômico assumindo a máquina administrativa. Não se trata de aspiração nova; ela perfaz século, porém, a sua efetivação levou períodos longos.

Depois de alguns africanos terem pertencido e animado o sistema colonial, notaram que embora estando daquele lado, ao faziam parte deles e que havia necessidade de conquistar uma autonomia. Assim, como narra a história, “na África, as aspirações dos estados e dos grupos que, até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, combateram contra as potências imperialistas europeias e se esforçaram para impedir o estabelecimento do sistema colonial eram essencialmente os mesmos que animavam os movimentos nacionalistas europeus” (Unesco, 2011, p. 657).

A construção do nacionalismo, na maior parte dos países africanos teve caminhos muito sinuosos, necessitando de uma consolidação contínua da união dos seus membros. Em Moçambique, por exemplo, pode ser dividida, pelo menos, em três períodos históricos: o primeiro momento (1910/20-1962), antes da eclosão da luta armada pela independência, em que o associativismo e o jornalismo tiveram um papel importante nas demandas sociais e na luta anticolonial (Zamparoni, 1998).

Um segundo momento, marcado pelo conflito armado e pela formação da FRELIMO, reunindo diversos movimentos, tendo como objectivo comum a libertação nacional frente ao salazarismo colonialista português (1962-1975); e um terceiro, iniciado imediatamente após a Independência, tendo como principal promotor o ideário da Frelimo (convertida de Frente nacionalista ampla em Partido único revolucionário, sendo esta a diferença entre a designação FRELIMO/Frelimo), sob a liderança de Samora Machel (Paredes, 2017, p. 22).

Este processo, em África, atravessou as duas Guerras onde os “nacionalistas africanos passaram praticamente pela mesma situação: privação das liberdades políticas e sociais; exploração dos recursos humanos e materiais em benefício de senhores estrangeiros; negação



dos meios e serviços susceptíveis de contribuir para o avanço político e social das sociedades colonizadas” (UNESCO, 2011:664) ou, quando as mudanças pareciam inevitáveis, surgiam manobras destinadas a limitar e contornar o curso dos acontecimentos no sentido favorável à manutenção do domínio colonial.

A mudança deste paradigma foi acelerada, como avança Joseph Kizerbo (2011), com a introdução da noção de responsabilidade, perante a comunidade internacional onde no plano político, os nacionalistas africanos foram encorajados por movimentos ideológicos internacionais como a Internacional Comunista (Komintern), leninista e anti-imperialista, e outros movimentos socialistas, pela marcha para a independência em outros continentes, pelo Pan-africanismo anti-imperialista inspirado por Sylvester Williana, Marcus Garvey e Williaen Du Bois e por outras influências negras americanas e caribenhas.

Os fatos desta mudança podem então nos levar à ideia de Mariana Gino (2018) sobre a retorno à África e o fortalecimento de luta contra o racismo e a segregação política e social no âmbito dos movimentos que conduziram à emancipação de África que contagiou o sindicalista jamaicano Marcus Garvey, fundador da Associação Unida pela Melhora do Negro (UNITA) e que se tornou um dos principais e mais importante membro do nacionalismo pan-africanista e junto com ele William Edward Burghard Du Bois.

4. Uma administração para as nações africanas

No momento do acesso às independências dos Estados, da África Negra, dois problemas complementares para a efectuação do Estado soberano eram levantados:

- a) A criação de uma nação;
- b) A substituição da antiga administração colonial para a nova administração nacional.

A constituição da nova identidade consistia, de início, em aceitar a africanidade essencial das diversas nações culturais. Os territórios das administrações coloniais passaram a constituir, em todos os casos, a definição territorial daquilo que os africanos começaram a considerar como Proto-Estados, em torno dos quais procuravam desenvolver na população um sentimento de pertença (Ki-Zerbo, 2011, p. 658).

Para a resolução dos problemas levantados nas alíneas "a" "b" ss debates chegaram a um consenso com a criação da Organização da Unidade Africana e a aprovação de uma Carta que defendia essencialmente dois princípios:

- i. O respeito pelas fronteiras herdadas do colonialismo;

ii. A não ingerência nos assuntos internos de cada Estado.

A ideia era de desmembrar os antigos estados multinacionais no interior das fronteiras provindas da época colonial, com o estabelecimento de uma estrutura estatal moderna e criar ao mesmo tempo, as instituições políticas e administrativas nas quais funcionasse o Estado soberano.

Desta forma, na educação as disciplinas de História e de Geografia desempenharam um papel muito importante na preservação daquele pacto. Como refere José de Sosa Miguel Lopes (2010), já se recomendava que o professor deveria transmitir aos alunos a ideia de que o povo, apesar da sua extrema diversidade de raças, de etnias, de idades, de profissões etc., era um povo unido em torno de uma linha política correta na luta contra a exploração. E mais adiante explicitava-se que não bastava que o aluno tribalista e racista, mas era necessário que em todos os níveis ele combatesse ativamente o tribalismo e racismo.

Depois de considerar que o estabelecimento de uma estrutura de Estado era o melhor meio de criar uma nação, os dirigentes africanos foram, seguidamente levados a pensar que era preciso empregar outro meio tal o "partido único", partido que foi julgado capaz para a realização da unidade nacional e parecia normal que o tal partido dominasse o Estado, pelo fato de organizar as instituições políticas e administrativas, e pela razão de o partido representar a nação, que é confundido com o Estado e se pode, então, falar de um partido-estado.

Falando disso, é nesse contexto que entrou efetivamente em vigor a aplicação da política de «africanização»¹ dos quadros, que os levará ao engajamento pessoal com vista ao melhoramento das condições da existência humana cujas efetivações não seria total por via de convicção ideológica política que, mais uma vez, deve dar as diretrizes dessa participação.

Assim sendo, o partido dominante é olhado não somente como a origem e o fundamento do poder político, mas também como o meio que concorre para a expressão da soberania do povo o que fazia com que os departamentos para educação do partido no poder de cada um dos países africanos fosse olhado como se fosse a estrutura de coordenação entre o partido e as instituições de ensino. É nessa linha de conta que a educação foi dada ao povo segundo o programa traçado pelo partido no poder.

¹António Manuel Rodrigues Pinheiro no seu artigo intitulado *Modelos de "africanização" das Operações de Apoio à Paz* usa o termo africanização para referir-se ao processo que conduziu a adopção dos mecanismos externos para a resolução de problemas internos, em África.



A nacionalização da educação parecia marcar uma nova etapa que incorporaria os valores nacionais e desenharia um projeto educacional capaz de emancipar o homem. Porém, a ideologia política tendia a retardar o processo educacional pela sua interferência, como ilustra Ngoenha na sua obra Estatuto e Axiologia da Educação: “a tarefa ideológico-política não era necessariamente igual e proporcional à tarefa socioeconómica da educação. Educar a moçambicanidade era uma tarefa política” (Ngoenga, 2000, p. 79).

Em quase todos discursos a temática estava virada para a revolução ideologicamente onde se referia que a principal tarefa da educação, do ensino, do material escolar e da planificação das aulas é a de providenciar a cada um uma ideologia cientificamente avançada, objectiva e colectivista que possibilite o progresso revolucionário.

5. Novos rumos sociopolíticos do Nacionalismo: avanços e retrocessos

Uma análise cuidadosa sobre aqueles dois pressupostos da Carta da Unidade Africana levam-nos a constatar uma profunda contradição a posterior em face da própria essência da Unidade Africana, que é a de velar por uma identidade de uma África unida e que ao mesmo tempo defendia o respeito às portas fechadas de cada Estado.

Foi desta forma que logo após o triunfo do nacionalismo que trouxe as independências africanas, verificou-se uma série de golpes de Estado e implantação de ditaduras impiedosa, que na prática negavam os pressupostos da dignificação do homem preconizados pelos pais do nacionalismo, da negritude e do pan-africanismo.

E a organização da Unidade Africana, que era suposto defender o sentimento do pan-africanismo, assistiu sem nada poder fazer, imobilizada por força do pressuposto de não ingerência nos assuntos internos de cada país. De igual modo, o nacionalismo que fez brotar as independências africanas definha e morre diante dos déspotas dos ditadores, e os povos de África se desesperaram.

A multiplicação de barbaridades como os golpes de estado podem ter origem na insatisfação de certos grupos com a forma de funcionamento dos governos de partido único que em algum momento ferem os interesses dos povos em benefício de grupos restritos.

É por isso então que a vida política tornou-se mais tensa na maior parte dos países africanos, como alude Lavroff (1975) “a vida política da maior parte dos estados africanos era muito agitada [...]. As constituições primitivamente adotadas eram também contestadas” (Lavroff, 1975, p. 34). Era necessária então uma reestruturação do Estado mediante a adoção do multipartidarismo consolidado, um pluralismo na participação do Estado.

É assim que William Minler (1998) na sua obra intitulada "Os contras do Apartheid" descreve as crises enfrentadas pelos ditos partido único que já eram incapazes satisfazer os interesses do povo, pois os interesses particulares e o comodismo no poder por ser único partido começa a gerar descontentamentos e revoltas.

Corroborando com o Professor Lourenço do Rosário, em suas lucubrações datadas de 2016. Podemosentão dizer que as ideias de força que orientam os caminhos traçados pela nova fase do Renascimento e a esperança da entrada para uma senda da boa governação em África retomam as ideias que tinham sido abraçadas pelos pais do Nacionalismo Africano, não tiveram êxito por força dos golpes de Estado e pelas ditaduras que depois foram implantados em África.

A ideia de uma África forte, unida, a caminho dos Estados Unidos de África tinha sido já defendida pela geração de Kwame Nkrumah. Neste sentido, Muammar Kaddafi (1942-2011) ao retomar essa senda pretendia dar continuidade e materializar o grande projeto dos que trouxeram o Pan-Africanismo. No entanto, tal projeto dos Estados Unidos de África, encontrou alguns entraves cujas motivações são escassas de apurar, o que fez com que Kaddafi também não conseguisse reunir os mesmos consensos no seu tempo.

Aquela ideia teve acolhimento apenas em discursos, pois no plano do discurso político há uma espécie de acolhimento e da validação dessa ideia como uma consagração do movimento pan-africanista: uma África politicamente unida, economicamente articulada tornar-se-ia um bloco forte e um interlocutor de respeito no contexto das relações globais.

Nas reuniões internacionais em que esse problema se debate verifica-se que os chefes de Estado africanos e outros dirigentes mostram acolhimento a ideia considerando a útil, mas divergindo na metodologia da sua implementação. Provavelmente Kaddafi tenha pago um preço muito alto pela sua teimosia em correr mais do que permitiam as forças contrárias à sua ideia.

Embora assim, os pressupostos defendidos por essa nova geração e que estão consagrados nas linhas estratégicas de África 2063 mostram a preocupação de que África não pode continuar a ser espectadora na resolução dos seus próprios problemas, permitindo que venha do exterior a solução dos conflitos, das doenças, das guerras, da pobreza e da má governação.

Por isso é que se reforçam os blocos regionais, reforça-se o processo de vigilância permanente das fraturas resultantes da má governação, da instabilidade em que primeiro no próprio bloco regional e depois no nível da União Africana se tenta encontrar soluções adequadas. Podemos citar como exemplos disso, Madagáscar e a República Democrática do Congo, na SADC, e a Guiné Bissau na África Ocidental e ainda outros países africanos em que

os blocos regionais se empenharam profundamente para evitar que as forças globais tomassem dianteira nas resoluções de conflitos internos.

Trata-se de uma luta forte e incessante, pois não foi possível evitar, por exemplo, a interferência da França no conflito da Costa do Marfim e da República Centro Africana e no Mali, bem como no caos provocado pela interferência da coligação da França e seus parceiros da Nato no conflito da Líbia, no contexto daquilo a que se chamou de “Primavera Árabe”.

De uma ou de outra forma, olhando pelo nível da evolução dos países africanos podemos considerar que as nações africanas começam a demonstrar maior amadurecimento em termos dos processos econômicos e políticos, admitindo que restam desafios de gestão da coisa pública e direcionamento de recursos.

Podemos afirmar ainda que as sementes lançadas pelas ideias nacionalistas dos países das independências não pereceram, apesar da ocorrência de ditaduras e dos golpes de Estado; mas ainda torna-se evidente que a partir da acumulação das experiências vividas, a democracia em África não tem de ser necessariamente seguir os paradigmas das democracias ocidentais, apesar dos valores universais dos direitos consagrados.

É neste sentido que as novas formas de inconformismo com os governos que se impõem em ditaduras sob olhar impávido do sofrimento do povo tendem a ganhar novos rumos na formação dos governos. Aqueles partidos políticos que eram hegemônicos e que se apresentavam cômodos tendem a perder espaço, atrelando-se aos que surgem massivamente criando-se coligações.

6. Dos erros de adoção dos regimes políticos às novas crises

Na sua obra "O Príncipe" Maquiavel faz alusão aos tipos de principados e as formas de como esses principados são adquiridos. Na sua óptica os principados ou são hereditários, nos quais o sangue do seu senhor vem governando a longo tempo ou são novos. E os novos, ou são inteiramente novos ou são como membros anexos ao estado hereditário do príncipe que adquire.

Por sua vez, Jean M. Ndaya (2020) na sua Tese intitulada Uma Educação Moral para a Redução da crise de valores em África aponta o egoísmo como o maior "veneno" para o progresso e estabilidade das nações à medida que retira o espírito de pertença à colectividade podendo resultar em perda de valores, ocorrência de ditaduras ao nível dos regimes políticos, intimidações, e corrupções nas instituições.

Uma análise minuciosa das atuais crises políticas, pode levar-nos a afirmar que após a constituição das nações independentes que representa a realização, em parte, do nacionalismo,



alguns líderes tomaram o poder adotando os regimes de governação deixados pelos antigos governos coloniais permanecendo quase inalterada a forma de atuação.

O facto da má adopção de um regime político associado ao egoísmo dos governantes pode estar por detrás do colapso de uma nação. Enquanto a má adoção de um regime torna insustentável a gestão sociopolítica, o egoísmo afeta a gestão financeira e econômica em todas as vertentes, pois os gastos não incidem apenas sobre as necessidades colectivas da nação como também, e sobretudo alimentam vícios individuais dos governantes podendo resultar em gastos excessivos, acima do necessário, contrariando com as práticas de um governo sustentável preconizado por Maquiavel (2021) “um príncipe deve gastar pouco para não precisar roubar seus súditos, para poder defender-se, para não ficar pobre e desprezado, para não ser forçado a tornar-se rapace”.

Neste sentido a prudência dos governantes tanto na adopção dos regimes políticos e a devida adequação à realidade e a escolha da sua máquina governativa (Ministros), torna-se um elemento essencial para a criação de uma nação politicamente estável e economicamente sustentável.

7. Conclusão

Toda a pretensão de abordar o nacionalismo enquanto agenda política é considerada como tentativa de responder a duas preocupações fundamentais: a primeira presa-se com a cobrança dos membros para a valorização daquilo que pertence à nação. Sobre esta temática, podemos dizer que há algum dilaceramento cuja concertação pode ser possível ao nível interno. A segurança presa-se com a necessidade de autovalorização ou promoção, mostrando a sua grandiosidade ou capacidade perante o mundo, sobre aquilo que pode oferecer aos outros.

Neste sentido, podemos então dizer que certos conflitos que ganham proporções alarmantes ao nível mundial e especificamente em África podem estar relacionados a uma desunião que torna frágil o tecido político-social, tornando o país vulnerável a qualquer abalo. Uma identidade solidamente construída não só torna capaz os seus membros de gerir seus problemas internos, como também, evita a importação de problemas e permite o cumprimento das agendas internas.

REFERENCIAS

CASTIANO, José P.; NGOENHA, Severino E. A Longa Marcha duma educação para todos em Moçambique. 3. ed. Maputo, 2013.

- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA, 2008.
- GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 2. ed. São Paulo, 1999.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2011.
- LÉNINE, V. I. *Obras Escolhidas - Tomo I*. Lisboa, 1980.
- LOPES, Filomeno. *Filodramática: os PALOP, entre a filosofia e a crise de consciência*. Edições Paulinas, Maputo, 2018.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2021.
- MILLER, William. *Os Contras do Apartheid: as raízes da guerra em Moçambique e Angola*. Maputo, 1998.
- MONDLANE, Eduardo. *Estatuto e Axiologia da Educação em Moçambique, o Paradigmático questionamento da Missão Suíça*. Maputo, 2000.
- MONDLANE, Eduardo. *Intercultura, Alternativa à Governação Biopolítica?* Maputo, Dezembro de 2013.
- MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo, 1995.
- MONDLANE, Eduardo. *O retorno do bom selvagem: uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico*. Porto: Edições Salesianas, 1994.
- NDAIA, Jean Mukuna. *Uma Educação Moral para a Redução da crise de valores em África*. Maputo, 2020.
- NGOENHA, Severino Elias. *Das Independências às Liberdades*. Edições Paulistas, Maputo, 1993.
- NKRUMAH, Kwame. *África deve unir-se*. Tradução de João Fagunde. Lisboa, 1977.
- POLIN, Raymond. *Iniciação Política: o homem e o Estado*. Paris, 1976.